

que, não obstante, se estimava ainda em 45 milhões de cruzellos. A fim de reduzi-la, procedeu-se a rigorosa contenção da despesa e desenvolveram-se esforços para aprimorar o aparelho arrecadador".

Verificamos, Sr. Presidente, por este trecho da Mensagem de Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que sempre os governos seguiram a política de compressão de despesas, de controle das despesas públicas, de controle da balança de pagamentos e, entretanto, nunca a inflação brasileira atingiu os índices que tem alcançado ultimamente.

Temos razão, portanto, com base nos documentos oficiais, para concluir sobre a necessidade de uma modificação na política cambial do Governo, porque, na situação em que nos encontramos, de pouca adiantam as medidas de controle de crédito, as medidas de controle das despesas públicas, se o câmbio favorecer, se o câmbio livre faz com que todos esses esforços sejam frustrados, através de uma liberdade que não estamos em condições de admitir.

Em todos os países subdesenvolvidos do mundo, que estão construindo o seu desenvolvimento, através de planejamento, é seguida a política de controle cambial.

Entretanto, Sr. Presidente, para terminar, desejava demonstrar à Casa que infelizmente a SUMOC não está em condições de executar essa política, e não está em condições porque, através de instruções sucessivas, em vez de voltar aquele sistema cambial que trouxe a nossa grandeza, o nosso desenvolvimento econômico, a índices razoáveis de levantamento de preços, de subsídios de preços, a SUMOC está num caminho que vem frustrar totalmente a política do Plano Trienal.

Concluindo, Sr. Presidente, desejava dizer que o Poder Executivo possui dois grandes instrumentos para melhorar a situação em que se encontra o povo brasileiro. Esta Casa sempre foi sensível a todos os fenômenos e votou lei que reprime os abusos do poder econômico. Esta lei não está sendo executada. Votamos uma lei que limita as remessas de lucros para o exterior e a SUMOC não se aparelhou para executá-la, como seria de esperar. Por que, Sr. Presidente? Porque há um núcleo resistente a uma política de desenvolvimento econômico que tenta e permite com uma estabilidade relativa, a índices razoáveis de elevação de preços.

Se o poder, evidentemente, prosseguir em outros argumentos, porque já estou sendo advertido, mas desejo pedir a atenção do Poder Executivo para os instrumentos que estão em suas mãos — instruções da SUMOC, cumprimento da lei que limita as remessas de lucros para o exterior e da lei que reprime os abusos do poder econômico — a fim de que haja um paralelo nesta forte elevação do custo de vida. Muito bem, muito bem. (Palmas).

PO-SR. ABEL RAFAEL:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, estava esperando uma oportunidade para falar hoje neste plenário e sou forçado a utilizar-me de velho recurso desta Casa de, ao discutir um projeto, tratar de assunto totalmente diferente. Peço desculpas aos colegas por essa impropriedade, mas é que os assuntos às vezes são tão urgentes que nos forçam a tomar essas atitudes.

Onem, na sessão matutina, denunciei aqui o descabimento que estava acontecendo na administração pública de Brasília e o que se estava efetivando no ensino da nossa Capital.

Hoje, Srs. Deputados, quero denunciar a esta Casa e ao Brasil que o pla-

no comunista de subversão continua em plena ação. Há Deputados que dizem que explicamos muito esse tema comunista, e quero explicar, porque não gosto que minhas palavras sejam tomadas apenas como palavras ao vento.

Quem leu aquele livro de Kovacs, "Assalto ao Parlamento", sabe que a técnica de Lenine foi levada hoje ao extremo com essas pressões das massas que se aliam à pressão de cúpula. Pressão de base, pressão de cúpula. E é preciso, para que os movimentos revolucionários venham hoje, como venceram na Tchecoslováquia e na Hungria, que haja os movimentos de base para que o apoio popular suscite o apoio de cúpula e se pressione o Congresso; e mediante a revolução branca, pela força, se consiga modificar os textos legais e fazer aquilo que os revolucionários da esquerda pretendem.

Srs., o que é doloroso é que, no momento, para conseguirem esse resultado, estejam sacrificando a educação em Brasília. Denunciei aqui que, pela preocupação do domínio político, estavam degradando o ensino em Brasília, que já não tinha mais condições de eficiência, mas a porcentagem das reprovações atingia a 80% nos órgãos oficiais.

E é verdade. Sou forçado a aceitar os dados particulares que me foram confiados, porque os oficiais que solicitei por intermédio da Câmara não me foram fornecidos até hoje.

14 turmas de ginásio permanecem sem salas de aula. Embora estejamos no fim de abril, os cursos ginásiais oficiais não estão em funcionamento. No entanto, Srs. Deputados, os professores acham de fazer greve por uma suposta defesa de seus interesses com referência à municipalização do ensino ou municipalização das fundações.

Não discuto o aspecto técnico, se devem ou não ser municipalizadas as fundações. Essa é outra questão. O que discuto é que não se pode impedir, por causa da pretensa defesa de tais interesses, que no Hospital Distrito os médicos acudam aos homens que estão morrendo. Nem é possível que os piquetes da greve permitam que apenas duas enfermeiras sirvam a este hospital todo que é o único para uma população de 200 mil habitantes. E que os professores grevistas — professores grevistas — o Secretário da Educação Eliezar Rosa, que só se tem notabilizado pela incompetência, pela inteira fraqueza, pelo seu modo relapso de tratar as coisas de ensino em Brasília, como tenho denunciado desde o primeiro momento, continue com tais atividades. Quem está fazendo esta greve injusta, prejudicando o ensino dos "filhos do povo", expressão com a qual eles enchem a boca, são os próprios diretores do ensino, é o Secretário da Educação com a conivência, o silêncio e a omissão do Sr. Prefeito Ivo de Magalhães, que pode ser homem digno, mas esquece a dignidade, quando o procuram não é encontrado. Do Sr. Secretário da Educação que está omissa, fraco, incompetente, relapso, e dos diretores de departamentos que ele nomeia dos coordenadores de ensino que ele nomeia.

Quem está fazendo pressão sobre os professores primários que não querem aderir à greve não são os professores contratados, não são os pequenos professores, são os chefes de departamentos, são os homens que têm chefe, direção, o sindicato comunista de professores, que tantas vezes tenho denunciado nesta Casa, que estão pressionando os professores do ensino secundário, acreditados, levando alunos e serventes alfabetos a entrar em salas de aulas

primárias, como fizeram na Quadra 167 na Escola Classe, e na Quadra 304, para impedir que as professoras primárias dêem as suas aulas.

Em que terra estamos, onde nem sequer a Lei de Segurança Nacional é respeitada? Não gosto muito de invocar essa lei, porque muitas vezes quiseram aplicá-la a mim mesm... Já capitulado: ninguém pode postar-se diante de qualquer escola pública e tentar impedir-lhe o funcionamento. Esses grevistas que não são analfabetos, que são professores que exercem cargos de confiança na Secretaria de Educação do Distrito Federal, vão para as portas de uma escola primária, puxam pelo braço as crianças que querem participar das aulas, dão pontal-pés nos professores que desejam lecionar como fizeram ontem na Escola Classe e hoje na Quadra 107, onde residio — e por isso posso dar meu testemunho e o de minha família. Quero aqui realçar o papel do chefe de família, das mães de família da Quadra 107 que, se limitado, traria grande resultado para Brasília inteira. As famílias desceram e foram garantir seus filhos, contra aqueles mesmos professores grevistas, aqueles mesmos comunistas que denunciei nesta tribuna, Professora Arabeles, Professor De Luna, Professor Fábio Brubio e o Professor Ailton Pimentel, homens que têm cargos de direção na Secretaria de Educação, pessoas de responsabilidade e são eles que vão agredir com palavras, com atos, a Diretora uma gaúcha intrépida — que disse que daria aulas nem que fosse sentada na grama do jardim, enquanto tivesse garantias. E as crianças, num belíssimo exemplo, a gritar: queremos aula, queremos aula, queremos aula. E não se retiraram dali. Deram váia nos grevistas, cantaram hinos escolares e se mantiveram na escola durante todo o horário escolar. Apareceu o Secretário de Educação para dar garantias a aqueles professores? Não. Omissos. Apareceu o Sr. Prefeito Municipal? Não! Omissos. Apareceu um Chefe de Departamento agredindo as mães? Não. Foi preciso que as mães de família descerem e digo porque vi as famílias da Quadra 107 — e disse: se alguma pessoa passar por aqui levará uma surra de nós todas.

Srs. Deputados, estou relatando o que aconteceu hoje de manhã cedo na Quadra 107. E agora, talvez eu chamado porque houve uma reunião, na Escola Classe, dos Professores grevistas e pretenderam passar um voto para a demissão da diretora daquela escola; e tentavam invadir a escola, como hoje mais cedo depredaram a escola e quebraram os vidros. A Rádio Patrulha esteve lá pouco depois que os acontecimentos se tinham iniciado; prendeu 15 pessoas. Alguns Deputados foram ao 3º Distrito e soltaram-nas. Mas eles não se emendaram, eles que poderiam ter sido autuados em flagrante, incurso na Lei de Segurança Nacional e condenado de 2 a 5 anos, foram tratados com benevolência, houve condescendência, foram soltos. Minutos depois, estavam de novo lá, tentando agredir os outros professores.

O Sr. Magalhães Melo — Permite V. Exa.?

O SR. ABEL RAFAEL — Um minuto. Já havia pedido o aparte, em primeiro lugar, o nobre Deputado Tenório Cavalcanti, a quem peço desculpas por não haver atendido antes. Logo depois de S. Exa., darei o aparte a V. Exa.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Sr. Deputado, nós, que nos habituamos a ouvir V. Exa. com o respeito de que V. Exa. se tornou credor, pedi-

mos licença para discordar em um ponto, quando V. Exa. aludiu a um homem que conheço desde criança porque nasceu na minha região, que só agora vim a saber que é Secretário da Educação daqui. Ele é protestante desde que nasceu e eu pai é um dos mais eminentes e respeitáveis homens da Baixada Fluminense. Quero dizer que S. Sa. é por sinal até anticomunista.

O SR. ABEL RAFAEL — Era o seu discurso de parágrafo da formação da Faculdade de Direito foi anticomunista, mas hoje todos os membros componentes do Conselho de Educação, funcionários dependentes dele, renunciaram, porque não podem mais permitir que ele auxilie os comunistas, o que vem causando essa desgraça no ensino público.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Permite-me V. Exa. continuar.

O SR. ABEL RAFAEL — Era um reparo necessário.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Senhor Deputado, um advogado que defende uma tese evolui com o povo. O Sr. Secretário da Educação pode ser um homem de tendência esquerdista se, ser comunista.

O SR. ABEL RAFAEL — Tendência esquerdista é uma coisa ajudar a bagunça é outra.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Tenho certeza de que S. Sr. é cristão, crente dos mais convictos.

O SR. ABEL RAFAEL — Cristão não pode ser comunista. Sou católico e, portanto, posso afirmar a V. Exa. que católico esquerdista é bobagem. Quem me dá orientação é o Papa, seja, na "Mater et Magister", seja, na "Pacem in Terris", seja, enfim onde for. A Igreja é uma só.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Serel breve agora; já que não posso concordar com V. Exa.?

O SR. ABEL RAFAEL — O Sr. Eliazar já saiu da Igreja Batista há quatro anos.

O Sr. Tenório Cavalcanti — É possível que S. Sr. tenha mudado de rumo e de ideologia. Devo, agora, afirmar a V. Exa. que no caso das professoras, estou de acordo com V. Exa. Não é possível fazer-se greve impedindo que os alunos do curso primário frequentem as escolas. V. Exa., como pai, está com toda razão em protestar contra professores que dão maus exemplos. Com relação à greve dos médicos, devo dizer que a verdade não é a que se propala por aí. O que houve foi que dois médicos receberam delegação para, representando a classe, ir à televisão explicar aos leitores dos jornais que atacam diariamente o Hospital Distrital que a causa dessas falhas é o empobrecimento do Hospital, que não tem recursos.

O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. com certeza não leu o "Correio Braziliense". Se tivesse lido, teria constatado que nem o Chefe de Polícia pôde entrar ontem no Hospital Distrital. Os piquetes de greve não o permitiram.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Os médicos estiveram comigo. Estive com o Prefeito, inclusive com o Chefe da Casa Civil. Conheço o problema. Estes médicos apelaram para que não demitissem os dois colegas que haviam ido, por deliberação deles, explicar a situação. Estava a classe sendo estrangulada pelo dinamite da calúnia, apenas porque pedía providências para sanar a falta de remédios, de algodão, de iodo no Hospital. Protestaram e, por isso, foram demitidos os dois. E os outros seus colegas, como solidariedade nos dois demitidos no cumprimento de delegação recebida, foram reclamar ao Prefeito e ao Secretário que fez manter a demissão, exatamente o secretário há pouco criticado por V. Exa.

O SR. ABEL RAFAEL — São dois Secretários diferentes. Eu me referia

ao Secretário de Educação. V. Ex.^a se refere ao Secretário de Saúde.

O Sr. ABEL RAFAEL — O assunto de que V. Ex.^a trata passou-se há uma semana. O primeiro era o da possibilidade de greve dos médicos do Hospital Distrital por causa dos dois colegas demitidos. Isto foi há uma semana. O outro é a greve dos professores por causa da municipalização da Fundação Educacional. E o de que estou cuidando hoje.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Então, V. Ex.^a não está tratando do caso dos médicos do Hospital Distrital?

O Sr. ABEL RAFAEL — Não. Não me refiro a esse assunto. Estou dizendo que há uma greve...

O Sr. Tenório Cavalcanti — Obrigada a V. Ex.^a pelo esclarecimento.

O Sr. ABEL RAFAEL — Fico muito grato ao aparte de V. Ex.^a.

Sr. Presidente, não ofendi os ascendentes do Sr. Eliazar Rosa. Não fiz referências a eles. Quando combato um adversário político, paro sempre na soleira da sua porta. Nunca entro na casa de nenhum adversário político. Mas, quanto à sua vida política, não erre, porque não perdo. Quem é político não pode ter "rabo de palha", por isso procuro dar bom exemplo para poder gritar bem alto. Digo que o Dr. Eliazar Rosa é homem relapso no cumprimento de seus deveres. S. S.^a é Secretário da Educação, não da deseducação, da beguena, da balbúrdia; tinha obrigação de pelo menos dar conforto moral a algumas professoras ameaçadas de agressão, mas que não se afastaram de suas escolas e foram sustentadas pelos pais dos alunos.

O Sr. Magalhães Melo — Permita-me, V. Ex.^a exibiu, há poucos dias, neste plenário, uma cartilha, e por ela verificamos que o comunismo está tomando a orientação do ensino primário, sobretudo em Recife e Brasília, através dos chamados Movimentos de Cultura Popular. Cartilha semelhante que exibirei com outros documentos tem curso pleno em Pernambuco. Nas últimas das reuniões da cripta que o Partido Comunista Brasileiro costuma fazer, chamava-se a atenção para uma frase de Lenine, segundo a qual "não pode haver ação revolucionária sem teoria revolucionária". Ou o comunismo orientava a mocidade das escolas, ou então nunca se poderia ter realmente no Brasil a implantação de uma república popular brasileira. Infelizmente, Sr. Deputado, as autoridades fazem vista grossa disso que se está passando em Brasília e Recife — e eu não sei se amanhã, baseado na suposta legalidade, o próprio Exército Nacional possa sair às ruas para sufocar o que irá partir possivelmente do Nordeste.

O Sr. ABEL RAFAEL — Obrigado a V. Ex.^a. Estou perfeitamente de acordo e peço licença aos nobres colegas para não dar mais apartes. Terminarei minha oração para não perturbar a Ordem do Dia. Srs. Deputados, comunismo tem uma lógica tremenda na sua trama, na sua orientação. Os que não compreendem ou não estudam acham que exploramos desamadamente o assunto. No entanto, há três anos, quando mudamos para Brasília não havia esse clima aqui. Gritamos desde o início, mas o tumor está crescendo.

Quando o Secretário da Educação — Eliazar Rosa — nomeou uma professora comunista para o ensino médio, fiz um discurso aqui condenando a nomeação, denunciando-a. Ele veio a esta Casa pedir um crédito de confiança. O Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes contou sua biografia, seus antecedentes e deu o crédito de confiança. Ele me procurou pessoalmente para o mesmo fim e eu lhe disse: — "Não dou, porque estou cansado de dar créditos de confiança a todos os Secretários que entram sem saber nada e seis meses após aprenderem alguma coisa le-

vam um pé atrás. Vem outro para aprender. Enquanto isso, os que estão encastelados nos postos de direção do Departamento tomam cada vez mais pé e nós estamos perdendo terreno e Brasília cada vez mais se deteriora. Disse o Secretário: — Dê-me mais tempo e não se arrepende-rá. Respondi: que só lhe daria essa oportunidade se demitisse aquela diretora. Houve pressão não só minha, mas de outras ordens. Ele demitiu a professora, mas aproveitou-a na direção de outro Departamento. E hoje ela só não foi presa na Quadra 104, porque fugiu no automóvel do Presidente da Associação Comunista. Estava lá fazendo barquinha, querendo arrecitar as suas colegas. De forma que estamos assistindo Sr. Presidente, à continuação de uma trama muito bem urdida e é preciso que os Srs. Deputados reajam porque, no dia em que o plano se completar, esta Casa será invadida e V. Ex.^a não terão recursos senão capitular. Médio é uma coisa física e V. Ex.^a capitularão porque não terão garantias nem da Polícia, nem do Exército, que é comandado aqui em Brasília, por um comunista; não terão garantias da Polícia desta Casa e nem de ninguém e vão engolir as reformas comunistas, queram ou não, como a Tcheco-Eslováquia engoliu, como a Hungria engoliu. Engolirão todos, embora cada um bata no peito e diga, daqui desta tribuna com farisismo: sou católico, sou cristão, quero fazer o que o Papa mandou fazer na "Pacem in Terris".

Querem fazer o que o Papa mandou fazer no inferno. Não é na terra ou em lugar nenhum. É preciso reação desta Casa. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a voto o seguinte

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Requeiro a V. Ex.^a nos termos do Regimento, a prorrogação da sessão por uma hora para que sejam votados os projetos incluídos na ordem do dia sob ns. 2 e 3.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1963 — Pedro Aleixo.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa). Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 99 — 1961

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º É aprovado o Acordo de Interação entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid a 27 de dezembro de 1960. Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa). Aprovado.

Vai à Redação Final.

O SR. PRESIDENTE:

Já tendo chegado os avisos, vou submeter a voto o seguinte

REQUERIMENTO

Requeremos que as Normas Regimentais, aprovadas em setembro de

1961 por esta Câmara para a tramitação da Emenda Constitucional por meio da qual se instituiu o Regime Parlamentar, e, depois, regulamentar a tramitação da Emenda que revogou esse sistema de governo, sejam aplicadas, com as alterações constantes da consolidação abaixo, no andamento da Emenda Constitucional n.º 1-63.

1. A Comissão Especial, que deve opinar sobre a Emenda, será composta de onze (11) membros e terá o prazo de dez (10) dias após a sua designação para oferecer o seu parecer.

2. Deante a Comissão, e durante o prazo previsto no item anterior, poderá ser apresentada subemenda ou emenda substitutiva, desde que subscrita pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.

3. O parecer da Comissão Especial, concluída pela aprovação ou rejeição da emenda, ou, ainda, pela aceitação da subemenda, ou emenda substitutiva, oferecida nos termos do item n.º 2.

4. Apresentado o parecer à Mesa, será lido no expediente da sessão ordinária seguinte e publicado no Diário do Congresso Nacional, imediatamente, com a respectiva Emenda e as proposições acessórias; se houver, bem assim distribuído em avisos aos Deputados.

5. A Emenda será incluída, em caráter prioritário, na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária, transcorrido o prazo de 24 horas da publicação, no Diário do Congresso Nacional, do parecer da Comissão Especial.

6. Na primeira discussão, poderão falar os líderes de Partidos e Blocos Parlamentares, por trinta minutos cada um, perrogáveis por mais quarenta e cinco minutos. Será facultada ainda discutir a Emenda aos Deputados inscritos pelos partidos políticos, designados pelos respectivos líderes, na proporção de um orador para cada grupo de quinze representantes ou fração, pelo prazo improrrogável de trinta (30) minutos.

7. Encerrada a discussão, a Emenda será votada quarenta e oito (48) horas depois, fazendo-se, para a sessão de votação, a convocação de todos os Deputados pela Mesa, inclusive por via telegráfica e telefônica. No encaminhamento da votação, poderão falar os líderes de Partido ou de Blocos Parlamentares, pelo prazo improrrogável de cinco (5) minutos cada um, e mais os representantes de Partidos, designados pelos respectivos líderes, na proporção de um para cada grupo de cinquenta Deputados ou fração.

8. A segunda discussão da Emenda far-se-á, em sessão ordinária, 3 dias depois de aprovada a mesma em primeira discussão.

9. Na segunda discussão, além dos líderes de Partidos e de Blocos Parlamentares, poderão falar, pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos, os representantes inscritos pelos Partidos, na proporção de um orador para cada grupo de trinta (30) Deputados ou fração. No encaminhamento da votação, observar-se-á o disposto no item n.º 7.

10. No curso da discussão da Emenda, quer em primeiro quer em segundo turno, não se admitirá a apresentação de emenda à proposição principal.

11. Não será aceita reavertimento de andamento de discussão ou de votação da Emenda.

12. Votada a Emenda, em duas discussões, por dois terços, será logo remetida ao Senado, independentemente de redação final.

13. Estas normas entrarão em vigor imediatamente depois de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário, dispensada a redação final e quaisquer outras formalidades.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e é deferido o seguinte:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Solicito a palavra, de acordo com o art. 14 e do Regimento Interno, na sessão de 19 de abril corrente.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1963. — Pedro Aleixo, Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Pedro Aleixo.

O SR. PEDRO ALEIXO PROFERIU DISCURSO QUE ENTREGUEU A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. JATRO BRUM:

(Para uma reclamação — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente,

votefi há pouco um requerimento que foi entregue no momento em que se procedeu à sua votação. Fazia referência a institutos da legislatura passada. Não tive oportunidade, nesta Casa teve, de lê-lo ou estudá-lo. De forma que pergunto se esse requerimento alterou a forma regimental de se proceder a votação de Emenda Constitucional ou se para tanto é necessário que se apresente proposição que altere a norma regimental. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cid Carvalho) — Tenho a informar a V. Ex.^a que houve alteração em relação à Emenda Constitucional n.º 1.

Em votação.

O SR. EDILSON MELO TAVORA:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, V. Ex.^a deve ouvir que neste momento a Casa não pode mais decidir sobre a matéria em pauta.

A sessão foi prolongada para ocuparmos nossa atenção com o discurso do nobre Deputado Pedro Aleixo, de grande importância. Por conseguinte, sugeria a V. Ex.^a que suspendesse a sessão e deixasse a votação desta matéria para a Ordem do Dia de outra sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a informar a V. Ex.^a que foi prorrogada a Ordem do Dia por solicitação do líder para os projetos ns. 2 e 3, incluídos nesta mesma Ordem do Dia.

O SR. EDILSON MELO TAVORA — A liderança do meu partido solicita preferência para outra matéria da pauta da Ordem do Dia, para ver se assim poderemos examinar esse projeto com mais vagar. Trata-se de um projeto de grande interesse de uma região, projeto que era discutido em uma reunião e que mereceu grande e atentação desta Casa. (Muito bem).

O SR. SÉRGIO MAGALHÃES:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, pelo que pude entender, a Ordem do Dia foi prorrogada numa primeira votação, por uma hora.

O nobre Líder da Minoria, usando de faculdade regimental, ocupou a tribuna. Quando S. Ex.^a se encontrava na tribuna, foi votada uma segunda prorrogação. Não há oportunidade, Sr. Presidente, a Casa estava em andamento o discurso do nobre Líder da Minoria e achei que não deveria intervir no sentido de impedir que S. Ex.^a prosseguisse na sua oração. Mas